

TERMO DE CREDENCIAMENTO DO DISTRIBUIDOR OU INSTITUIÇÃO INTEGRANTE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO										
Número do Termo de Análise de Credenciamento										
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)										
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS										
Ente Federativo		PREFEITURA DO MUNICÍPIO XXX			CNPJ					
Unidade Gestora do RPPS		RPPS DO MUNICÍPIO XXX			CNPJ					
II- DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA										
Razão Social		4UM GESTÃO DE RECURSOS LTDA.			CNPJ		03.983.856/0001-12			
Endereço		RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 1488 - 4º ANDAR			Data Constituição		01/08/2000			
E-mail (s)		cpr@4um.com.br			Telefone (s)		(41) 3351-9966			
Data do registro na CVM		24/05/2019		Categoria (s)		Distribuidor de Títulos e Valores Mobiliários				
Controlador/ Grupo Econômico							CNPJ			
Principais contatos com RPPS				Cargo		E-mail		Telefone		
LUCIANO MAGALHÃES				SÓCIO DIRETOR COMERCIAL, PRODUTOS E RELACIONAMENTO		lucianocmn@4um.com.br		(41) 3351-9966		
DARIO PEDRO				GERENTE DE RELACIONAMENTO		darioslp@4um.com.br		(41) 3351-9687		
VINÍCIUS MENDONÇA				ANALISTA DE RELACIONAMENTO COMERCIAL E PRODUTOS		viniciusms@4um.com.br		(41) 3351-9814		
LUCAS CARDOSO ALVES				ANALISTA DE RELACIONAMENTO COMERCIAL E PRODUTOS		lucasca@4um.com.br		(41) 3351-9545		
A instituição está livre de registros de suspensão ou inabilitação pela CVM, BACEN ou outro órgão competente?					Sim		X		Não	
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?					Sim		X		Não	
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?					Sim		X		Não	
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?					Sim		X		Não	
A instituição está alinhada aos objetivos do RPPS quanto à independência na prestação dos serviços e ausência de potenciais conflitos de interesse nos termos do art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021?					Sim		X		Não	
Documentos disponibilizados em site		Sim		Não		X		Página Internet		
III - DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO DISTRIBUÍDOS PELA INSTITUIÇÃO										
Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s):		CNPJ do Fundo		Classificação Resolução CMN		Data Início Do Fundo				
4UM INFLAÇÃO IMA B-5 FI RENDA FIXA LP		28.858.089/0001-40		Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"		13/02/2019				
4UM FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP		28.581.607/0001-21		Artigo 7º, Inciso V, Alínea "b"		14/03/2019				
4UM MARLIM DIVIDENDOS FI AÇÕES		09.599.346/0001-22		Artigo 8º, Inciso I		30/06/2008				
4UM VALOR INSTITUCIONAL FI AÇÕES		33.624.201/0001-19		Artigo 8º, Inciso I		04/01/2021				
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES		09.550.197/0001-07		Artigo 8º, Inciso I		30/06/2008				
4UM FI AÇÕES BDR NÍVEL I		40.190.534/0001-42		Artigo 9º, Inciso III		30/06/2021				
Outro(s) Tipo(s) de Ativo(s)/Produto(s):										
IV - DOS CONTRATOS DE DISTRIBUIÇÃO RELATIVOS AOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS E PRODUTOS RELACIONADOS										
Nome/Razão Social		CNPJ do Fundo		Possui Contrato Registrado na CVM? (Sim/Não)		Data do Instrumento Contratual				
V - INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO (FORMA DE REMUNERAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES, RELAÇÃO ENTRE DISTRIBUIDORES E A INSTITUIÇÃO, CONCENTRAÇÃO DE FUNDOS SOB ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO E DISTRIBUIDORES):										
VI - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO										
Estrutura da Instituição		A 4UM GR desenvolve as atividades de gestão de recursos de terceiros através de fundos de investimento e carteiras administradas. A 4UM DTVM desenvolve as atividades de administração fiduciária e de distribuição de cotas de fundos de investimento sob administração próprio e ou sob gestão da 4UM. Ambas participam do Grupo Financeiro do Paraná Banco S.A.								
Segregação de Atividades		A custódia e controladoria dos fundos de investimento e carteiras administradas é realizada por instituições terceiras devidamente credenciadas para estas atividades. Para evitar os conflitos de interesse indicados acima, a 4UM instituiu políticas internas baseadas em quatro princípios: Transparência, Aprovação do cliente, Devolução ou compensação de benefícios e Segregação de espaços, redes e sistemas.								
Qualificação do corpo técnico		A 4UM conta com um corpo técnico altamente qualificado o qual possui profissionais com expertise comprovada bem como certificações e formações aderentes aos processos de gestão e distribuição dos produtos de investimentos.								
Histórico e experiência de atuação		Com atividades desde 2019, a 4UM GR é uma das empresas participantes do Grupo Financeiro do Paraná Banco S.A. É responsável pelas atividades de gestão dos recursos de terceiros, podendo também, realizar a distribuição de cotas dos fundos de investimento e carteiras administradas por ela geridos. O Paraná Banco S.A., é um banco múltiplo especializado em crédito consignado. Também está presente nos mercados de seguro garantia e resseguros, no Brasil e na Colômbia, por meio de participações na Junto Holding Brasil S.A. e Junto Holding Latam S.								
Principais Categorias e Fundos ofertados		Os fundos ofertados pela 4UM são: 4UM INFLAÇÃO IMA-B 5 FI RENDA FIXA LP, 4UM FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP, 4UM MARLIM DIVIDENDOS FIA, 4UM VALOR INSTITUCIONAL FIA, 4UM SMALL CAPS FIA e 4UM FIA BDR NÍVEL I.								
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro		Código de Ética e Conduta disponível em www.4um.com.br .								
Regularidade Fiscal e Previdenciária		Emissão de certidão de regularidade em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/EmitirPGFN 4UM GR (CNPJ): 03.983.856/0001-12								

Volume de ativos sob sua gestão	R\$ 5,6 bilhões. Data-base: 02/2023.		
Outros critérios de análise			
VII - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO			
A instituição analisada conta com uma boa qualidade de gestão, tendo em vista que os fundos geridos por esta apresentam retornos compatíveis com seus benchmarks e compatíveis com fundos disponíveis no mercado.			
A instituição conta com um volume de recursos de terceiros considerável e mantém a proporção adequada considerando o volume de recursos oriundos de RPPS, condizente com o previsto na Resolução CMN nº 4.963/2021.			
Levando em consideração os fatores acima, não vemos nada que desabone o relacionamento da instituição com este RPPS.			

CRENCIAMENTO DO DISTRIBUIDOR E INSTITUIÇÃO INTEGRANTE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021, e do art. 104 da Portaria MTP nº 1.467/2022, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão, no processo de credenciamento das instituições administradoras ou gestoras dos fundos de investimento, efetuar a análise e credenciamento do distribuidor e instituição integrante do sistema de distribuição, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os §§ 4º e 5º do art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021 dispõem que todos os participantes do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre aplicações dos recursos de regimes próprios de previdência social e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes são responsáveis pela gestão dos recursos. Os prestadores de serviço deverão ser autorizados e credenciados, observados, dentre outros critérios, conflitos de interesse, monitoramento periódico, política de contratação e, no caso das distribuidoras e corretoras de valores mobiliários, devem estar em conformidade com a Resolução CVM 35, de 26/05/2021.

Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/2022, sendo que o art. 106, IV, dispõe que “A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet”.

A Resolução CMN nº 4.963/2021 destaca, ainda, em seu art. 1º, §5º, que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

O art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Nesse contexto, cabe destacar que, além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021, é necessário a comprovação de que foram observados os parâmetros gerais de gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto nos seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

O presente termo de credenciamento do distribuidor com os requisitos mínimos a serem observados nele contidos.

A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS.

A título de orientação, no termo de credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS

Ciente.

Assinatura do Dirigente da Unidade Gestora, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

Assinatura do Gestor de Recursos do RPPS, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

Assinatura de representante(s) legal(is) da Instituição interessada no credenciamento, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores